

Reflexões pós-novembro sobre a vida dos negros



» VERA DAISY BARCELLOS

Jornalista, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do RS e militante feminista do Movimento das Mulheres Negras

Novembro passou. Vimos as constantes pautas referenciais à população negra no apontamento das questões étnico-raciais e do racismo que, diariamente, matam pessoas negras: adultos, jovens, crianças e mulheres. A rotina de extermínio e a violência contra o povo preto são recorrentes num histórico marcado por mais de 300 anos de uma violenta escravidão que ofertou a esta mesma população um 14 de maio de 1888, o dia seguinte da abolição, sem trabalho, moradia, comida e um existir sem dignidade.

De forma similar, o novembro de 2021 mostrou famílias negras num viver com painelas vazias em locais insalubres, ausência de serviços da administração pública. Concentrado no mapa da fome, o Brasil assiste a meninos e meninas que também são assassinados por balas, cujas armas e atiradores raramente são identificados. Como também vemos crianças dizendo na TV que o café da manhã ou almoço foi farinha com açúcar. Este é o retrato da fome que tem cor, e ela é preta. A geografia da fome, exposta no livro do geógrafo brasileiro Josué de Castro (1946), se materializa, em pleno século 21, com crueldade, nos territórios de extrema pobreza.

Mas, não é só. O novembro da consciência negra trouxe a cruel lembrança de um fato ocorrido na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra de 2020: o assassinato, por espancamento e asfixia, do operário negro João Alberto Silveira Freitas — Beto Freitas —, 40 anos, dentro da loja Carrefour, na zona norte de Porto Alegre. As imagens, via

celular, da tortura e a omissão de imediato socorro alcançaram repercussão no país e no mundo. O mata-leão de hoje é o açoite de ontem na senzala.

O caso Beto Freitas, de acordo com a nota pública assinada pelo advogado e jornalista Dojival Vieira, do site AfroPress, junto com mais seis integrantes do Coletivo Cidadania, Antirracismo e Direitos Humanos, revela que não se pode admitir a violação explícita da Lei, marcada “pela exclusão da responsabilidade da morte de Beto Freitas pelos seus autores e a transformação do processo de indenização pelo dano moral coletivo em negócio privado que precifica e mecardeja com a desgraça”.

Ainda me vem à memória uma dolorosa lembrança de 34 anos atrás. A morte, em 14 de maio de 1987, do amigo Júlio Cesar de Mello Pinto, apelido Boneco, 30, sem ficha criminal, executado por soldados da Brigada Militar, após ser retirado à força, como suspeito de roubo de um supermercado no bairro Partenon. A morte do Boneco entrou para a história do movimento negro gaúcho como o caso do “Homem Errado”. Após esse assassinato, nós, mães negras amigas da vítima, não permitíamos durante muitos anos que nossos filhos e filhas circulassem sozinhos nos supermercados.

Na época, não ficamos em silêncio, foram muitas denúncias ao Ministério Público do Trabalho. E por mais incrível que pareça — mesmo aos 73 anos —, ainda somos sujeitos visados pelos seguranças desses estabelecimentos. Quando um grupo de seguranças brancos suja as mãos com o sangue e morte

de um homem negro, escancara que o pelourinho ressurge a cada dia, mostrando que o Brasil de 133 anos pós-abolição, ainda não se encontrou com a sua negritude marcada pelas desigualdades raciais e sociais, fatores determinantes para o viver precário e excluído da população negra brasileira.

O assassinato de João Alberto Silveira Freitas trouxe, na época, as falas e postagens nas redes sociais de alguns mandatários da nação de que o Brasil não é um país racista e, sim, mestiço. Retomando um discurso ultrapassado após os anos de 1930, Primeira República, que destacava a dimensão positiva da mestiçagem e miscigenação no país, conforme aponta a doutora em Sociologia, Luciana Jaccoud, em seu artigo *Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e discriminação racial no Brasil*, elaborado para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008.

Portanto, superar esses problemas, atualmente, negados pelos que estão na condução do nosso país é fortalecer o projeto de uma nação democrática que implemente políticas públicas e sociais em todos os setores e áreas que possibilitem o acesso e oportunidades para a população negra. E, igualmente, para que não sejam repetidos casos à semelhança de Júlio Cesar e Beto Freitas, as empresas, todas, sejam de pequeno, médio e grande portes, se apropriem e coloquem entre as suas diretrizes os princípios e conteúdos dos documentos legais de enfrentamento e combate ao racismo, discriminação racial e preconceito. Mas sem precisar comprar o silêncio.

Chile entre a esquerda e a ultradireita

» VITOR PINTO

Escritor e analista internacional

Amanhã, em segundo turno, o Chile decidirá quem será o próximo presidente da República: se o jovem Gabriel Boric, de 35 anos, concorrendo pela coligação Apruebo Dignidad, ou José Antonio Kast, 55 anos, pelo Partido Republicano.

Depois de fracassarem as tentativas da oposição de formar uma frente única contra o governo conservador de Sebastián Piñera, o 1º turno assistiu a uma dura luta entre sete candidatos de peso. O resultado foi que Kast assumiu a dianteira com 1.961.122 votos, correspondendo a 27,91% dos que compareceram às urnas, contra 1.814.809 conferidos a Boric, ou 25,23%. Os outros cinco somaram 33,4% dos sufrágios, o que lhes dá forte significado na definição de alianças para o turno decisivo, para o qual Boric contará com o apoio de 22 agremiações políticas, contra seis que se perfilarão ao lado do candidato oficialista. Como votar não é obrigatório pela legislação, o comparecimento limitou-se a 47,34% dos eleitores, que, mesmo assim, foi considerado como positivo pelos analistas de política chilena.

De acordo com as últimas pesquisas de opinião (não mais é permitido fazê-las duas semanas antes do dia de votação), Gabriel Boric deverá ser o próximo presidente. Pela empresa Critería, a vantagem do postulante de esquerda é de oito pontos (54% x 46%). Firmando a mesma tendência, a Cadem cravou em 40% x 35%, com 25% de indecisos, e a

Activa Pulso, em 42,2% x 28,3% com 21% de indecisos. Ou seja, ainda está tudo em aberto. Das 25 regiões eleitorais em que se divide a nação, Boric venceu em apenas seis, mas entre elas estão as mais populosas (Metropolitana, onde está a capital Santiago, e Valparaíso).

Depois da longa ditadura de Pinochet, o Chile teve governos democrata-cristãos e, mais recentemente, Ricardo Lagos, do Partido pela Democracia, e Michele Bachelet, do Partido Socialista (em dois mandatos intercalados) —, ambos agora apoiando Boric — seguidos por Piñera.

O escritor peruano Vargas Llosa, que perdeu a eleição mais ganha de todas para o desconhecido Alberto Fujimori, logo transformado em um cruel ditador, declarou-se favorável a Kast. Retratando com fidelidade a divisão do país em dois lados, o Congresso eleito em novembro estará rachado meio a meio. Como as agremiações políticas de origem dos dois candidatos ao 2º turno têm representações minoritárias, o governo a ser escolhido obrigatoriamente dependerá de outras forças para aprovar seus projetos.

A guerra nas urnas antepõe, de um lado, um ultradireitista da pesada — Antonio Kast — tido como o Bolsonaro do Chile (parece que no cone sul há uma epidemia destas figuras, como demonstra a eleição para o Parlamento argentino de Javier Milei) com as costumeiras propostas antiaborto e contra os pobres, grupos LGBT, união entre pessoas do mesmo sexo, etc. É um saudosista dos

tempos de Pinochet, educado desde pequeno em uma família cujo chefe (Michael Kast), nascido na Alemanha, filiou-se aos 18 anos ao Partido Nazista. Embora o tenha abandonado mais tarde ao migrar para o Chile, tudo indica que o filho aprendeu bem o que lhe foi ensinado.

De outro lado, Gabriel Boric é deputado em segundo mandato, eleito por uma pequena agremiação — Convergência Nacional — que é parte da Frente Ampla. Estudou direito na Universidade do Chile, tendo sido presidente da Federação de Estudantes. Descendente de pai croata e mãe catalã, teve de aguardar um tempo para candidatar-se à Presidência até completar a idade mínima estabelecida pela Constituição.

Nas primárias, derrotou ao alcalde (prefeito) de Recoleta, município da Região Metropolitana de Santiago, Daniel Jadue do Partido Comunista (PCCh) que, em seguida, passou a compor a sua coligação. O PCCh, a exemplo de outros originários da linha soviética, é reformista e não radical, tendo ativa participação na política nacional. A plataforma eleitoral de Boric inclui essencialmente propostas de caráter social, como a defesa de direitos dos trabalhadores e a instituição de um sistema de saúde universal. Também propõe substituir o lema há 186 anos constante da bandeira nacional “Por la razón o la fuerza” (pela razão ou pela força) por algo mais contemporâneo e menos belicoso como “Por la fuerza de la razón”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Tenha fé no jogo

“Fazer uma fezinha”, que no jargão dos apostadores significa apostar num determinado jogo de azar, agora pode ser interpretado também como ter fé na bancada evangélica, pois com ela o retorno dos cassinos ao país será garantido, mesmo que isso vá totalmente contra os preceitos contidos no livro sagrado que esses políticos celestes juram conhecer em profundidade.

Numa frase resumida, poderíamos afirmar, sem medo de errar, que o que se viu na noite de quinta-feira na Câmara dos Deputados, com a aprovação da isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os templos religiosos, e com o aval ao regime de urgência para a tramitação do projeto de lei que permite o retorno dos cassinos e dos bingos ao país, foi uma manobra digna da mais clara manifestação de hipocrisia já vista nos últimos tempos.

Desde que assumiu a presidência da Casa, o deputado Arthur Lira, por sua ações, não consegue esconder de ninguém que tem, entre suas metas políticas, a aprovação total das atividades dos cassinos e dos bingos em todo o país. Os reais, e talvez inconfessáveis, interesses que estariam por trás dessa manobra ainda não estão bem claros para muita gente. Sobre tudo para a grande maioria dos cidadãos de bem desse país, que já sabem, de antemão, que essa volta a um passado que não mais existe e que não tem sentido algum agora, trará, a tiracolo, um conjunto de outros malefícios a serem incorporados a um país já mundialmente famoso pela violência e pelo poderio, sem limites, do crime organizado.

Já se sabe, também, que esse poderio adquirido pelo crime organizado, que comanda largas parcelas do território urbano, ao mesmo tempo em que compra, por suborno, a proteção de policiais e outros altos figurões da República, para que aplaine suas atividades dentro e fora dos presídios, vai estendendo seus braços por dentro do campo político, financiando candidaturas e se opondo a outras contrárias aos seus desígnios.

A possível aprovação dos cassinos e bingos, que agora ganha outro patamar com a tramitação de urgência, um expediente que deveria ser usado apenas para casos de grande interesse nacional, servirá, como já foi aqui mesmo dito, para financiar, em larga escala, o crime organizado e todos aqueles que vivem sob sua sombra.

O que se estranha, se é que isso ainda é possível nesse país surreal, é que a bancada evangélica, também conhecida como bancada da *Bíblia*, que sempre se pronunciou, da boca para fora, contra a jogatina, e conforme está contido no Livro Sagrado, tenha se aliado àqueles que sempre desejaram a volta dos chamados “palácios do azar”. Nesses estabelecimentos, transformados em verdadeiras agências bancárias do crime, onde o dinheiro de outras atividades ilegais será imediatamente branqueado, a sorte fica apenas com os malfeitores e todos aqueles que se beneficiam com essa atividade.

Para um país imerso em problemas sociais, econômicos e políticos gravíssimos, e que nos coloca na rabeira e nos subúrbios do mundo civilizado, a volta dos cassinos, acrescenta o que poderá ser a gota d’água para o transbordamento da nação. Mesmo em países como os Estados Unidos, onde a lei existe e é cumprida, há problemas sérios envolvendo os cassinos e a sua manipulação por máfias. Aqui, onde os órgãos de fiscalização funcionam à nossa imagem e semelhança, a chegada dos cassinos será uma festa.

O pior é que amanhã, quando tudo estiver perdido, os responsáveis por essas manobras nefastas já não poderão ser mais punidos, ficando a conta da banca nas costas dos brasileiros, que tudo permitem.

» A frase que foi pronunciada

“Eu vou lá quando eu quiser. Essa CPI é minha. Tem o meu nome. E eu vou ser solto.”

Carlos Cachoeira

Turista

» Russa em passeio na capital ficou encantada com o número de árvores frutíferas ao longo do Eixão. Alguns moradores plantam, mas sempre iremos lembrar do plantador de árvores de Brasília: Osanan Coelho.

Sem auditoria

» No bar do Luiz, no Lago Norte, colocaram tudo em uma sacola só. O resultado dessas pesquisas de opinião sobre o próximo presidente e a urna eletrônica.

Prepare seu coração

» Parece que, no aeroporto de Brasília, o STF não mandou bem. Avião do México chegou e muitos passageiros não mostraram o passaporte de vacinação

» História de Brasília

E DCT é desorganização muito antiga para corrigir com duas penas. Um telegrama, por exemplo, é recebido com recibo, transmitido com recibo, arquivado na origem com recibo, arquivado no destino com recibo, e depois de toda essa precaução, é entregue a um menino, muitas vezes irresponsável, para a entrega ao destinatário. (Publicada em 16/02/1962)